



# CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: O PAPEL DA PSICOLOGIA MEDIANTE CASOS DE SUSPEITA DE ABUSO

CONTEXTUALIZATION OF SEXUALITY AND CHILD SEXUAL VIOLENCE: THE ROLE OF PSYCHOLOGY THROUGH CASES OF SUSPECTED ABUSE

Mariana Martins da Silva<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica sobre a sexualidade infantil, o abuso sexual e o papel da psicologia mediante aos casos de abuso<sup>2</sup>. A proposta é contextualizar, a sexualidade e a violência sexual infantil, através de uma análise psicológica, possibilitando desconstruí os receios, diante de casos de abuso sexual infantil. O objetivo aqui é a compreensão das possibilidades de atuação e desafios encontrados pela psicologia na intervenção do profissional aos casos de abuso sexual, sobretudo no que diz respeito ao atendimento de crianças. Diante da discussão do tema, percebeu-se a necessidade de fortalecer Políticas Públicas de enfrentamento ao abuso sexual infantil, possibilitando que as denúncias recebidas não sejam engavetadas, mas que haja um trabalho no sentido de solucioná-las.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância; Violência sexual; Psicologia.

**ABSTRACT:** This article consists of a bibliographical review of child sexuality, sexual abuse and the role of psychology in cases of abuse. The proposal is to contextualize, sexuality and child sexual violence through a psychological analysis, making it possible to deconstruct the fears in the face of cases of child molestation. The objective here is to understand the possibilities of performance and challenges encountered by psychology in the intervention of the professional to cases of sexual abuse, especially with regard to the care of children. In the face of the discussion of the topic, the need to strengthen public policies to confront children's sexual abuse was perceived, making it possible for the complaints received not to be shelved, but that there is a work to solve them.

**KEYWORDS:** Childhood; Sexual Violence; Psychology.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Desvelar os aspectos que a violência traz consigo diante de um abuso sexual na infância é perceber que este é um fator social que ainda tem muito a ser problematizado.

Pesquisar sobre este tema é uma forma de contribuir para as discussões sobre a responsabilidade social, já que ao longo da pesquisa questionamos as intervenções e estratégias que se fazem presentes na atuação em prevenção a violência e na discussão da sexualidade infantil.

Segundo levantamento de ligações do Disque Denúncias Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Disque -100), há, no Brasil, cerca de 101,7 mil denúncias de 2003 a 2009 (BAARS,2009). O número de denúncias é só uma ponta do iceberg, pois a suspeita é que existam inúmeros casos sem registro, que não são denunciados,

---

<sup>1</sup> Estudante de Psicologia da PUC Betim. Extensionista no projeto Psicologia, Escola e Comunidade. maryms\_1511@hotmail.com

<sup>2</sup> Uma vez que a atuação da (o) psicóloga (o) não consiste somente em casos de abuso confirmados, mas é seu dever agir em qualquer caso de suspeita.

pois sofrem influências do pacto de silêncio dos familiares, vizinhos, profissionais e até mesmo da própria vítima (AZEVEDO; GUERRA, 2004). O abuso sexual é um problema social que apresenta muitos desafios. Um deles são as falhas das políticas públicas que não sustentam ou não garantem uma resolução para os casos.

Contextualizar a ideia de infância e a discussão da sexualidade infantil permite perceber os receios em se discutir a violência como fator natural da vida e contínuo na história da humanidade. Ao longo do texto, esta reflexão está dividida em três tópicos: 1) concepção da infância e a sexualidade infantil; 2) violência sexual na infância; 3) o papel da Psicologia mediante a violência sexual infantil. Essa discussão possibilita a compreensão dos diversos aspectos que estão relacionados e interligados à violência sexual na vida da criança, família e dos profissionais envolvidos diante de um abuso.

A questão que fundamentou este artigo foi “Qual a contribuição da psicologia mediante casos de abuso sexual infantil?”, trazendo, nesse contexto, a sexualidade e a violência sexual infantil, através de uma análise psicológica, possibilitando desconstruir os receios, diante da atuação da (o) psicóloga (o) no atendimento e intervenções de casos de abuso sexual infantil. Estende-se também a necessidade de compreender que a sexualidade inicia na infância e se prolonga por toda a vida do sujeito e, quando essa recebe influências de fatores externos, traz consigo consequências positivas e negativas.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A concepção de infância e sexualidade infantil**

Ao falarmos de sexualidade infantil é preciso realizar uma breve reflexão sobre a concepção e o sentimento de infância ao longo da história para compreender quando a criança passou a ter proteção, cuidado e importância que antes lhe eram negados. O estudo do desenvolvimento é interessante, pois diz de milhões de pessoas no mundo e, assim, nos possibilita discutir a história da vida e de vários contextos sobre o processo de constituição do homem. Com isso, conseguimos desvendar como se fundamentou o significado de infância hoje.

A reconstituição da história dos conceitos de criança e adolescente é uma tarefa desafiadora, tendo-se registro em diversas fotos e pinturas. Conforme Postman citado por Lustig e outros (2014) a criança se confundia com o adulto em seus trajes e postura, sendo resgatados nessas fotografias e imagens crianças que pareciam miniaturas de adultos. Segundo Lustig e colaboradores (2014, p. 6), “como na Idade Média a criança estava ausente na arte, compre-

ende-se que neste período ela não tinha lugar e esta indiferença tornava-a invisível”. Mostrando contundente à falta de interesse pelas crianças naquela época (POSTMAN apud LUSTIG et al, 2014).

A criança é um ser social, que foi sofrendo várias caracterizações na sociedade. Para Áries citado por Lustig e outros (2014), tiveram dois aspectos que influenciaram os adultos em relação aos sentimentos de infância na Idade Média, sendo: 1) o de paporicação, onde a criança era vista como um mero objeto de diversão; e 2) o de moralização, onde a igreja preocupou-se em discipliná-la dentro dos costumes morais de saúde e higiene; criando-se o início de um vínculo de preocupação familiar em relação às crianças.

Segundo Áries citado por Bernartt (2009), as crianças após assumirem uma independência, misturavam-se entre os adultos, jovens e velhos por todos os lugares. Além de ajudarem no sustento da família através do trabalho, também participavam de jogos e festas na sociedade. Não existia uma definição de infância voltada para o afeto; a criança saía da fase de infância a partir do momento que não dependia mais da mãe e nem das amas para sobreviver, podendo assim seguir sozinha como adulto; não se tinha essa peculiaridade de distinção entre criança e adulto.

A transmissão dos valores e conhecimentos e, de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. Durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.<sup>3</sup>

A concepção de infância na atualidade vai depender das significações dadas pelo adulto no meio social em que ela está inserida, assim como citada pela autora:

Dessa forma, a ideia de infância na atualidade não pode ser desvinculada da história, das diferentes visões em torno da criança que contribuíram para sua condição atual. Ou seja, o conceito de infância tem sido construído historicamente e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos. (BERNARTT, 2009, p. 4226).

Esse primeiro momento é apenas uma reflexão de como a criança era vista como um processo dialético, assim como afirma Heywood citado por Lustig e outros (2014, p.7), “a concepção de infância existe em diferentes contextos, sendo caracterizada por um processo dialético de idas e vindas, avanços e retrocessos, não é uma construção linear, mas sinuosa”. As crianças na sociedade vivem em diferentes contextos, é aceitável compreendermos que

---

<sup>3</sup>Aula proferida pela prof. Anna Cristina Pegoraro de Freitas na disciplina Teo. Desenvolvimento- PUC Minas, Betim, 15 de ago; 2015.

encontram-se diversas concepções em tempos e lugares distintos, embasados na cultura, política e fatores sociais, que formam a identidade de cada criança (LUSTIG et al, 2014).

Essa ideia de cuidado e importância da criança só surgiu no Renascimento na Idade Moderna, onde o homem assume um papel central e torna-se produtor do seu destino. Percebeu-se, então, que a criança é um sujeito que tem um importante papel para a sociedade, que pode ser formado, enfim educado, como pontua Araújo citado por Bernartt (2009).

No passar da Modernidade, segundo Bernartt (2009) a condição de criança pobre e desvalida foi ficando mais visível, principalmente a partir do século XVIII, com o fortalecimento da sociedade industrial. Criaram-se assim as primeiras iniciativas de atendimento à criança e a necessidade de cuidado e zelo, vinda junto com o crescimento da sociedade industrial. “Com o crescimento das grandes cidades, da industrialização e da pobreza no Brasil. As crianças tornaram um problema social do Estado” Bernartt (2009. p. 4), firmando a necessidade de políticas e legislações específicas para a infância. Conforme pontua Bernartt:

A difícil realidade da maioria das crianças brasileiras e as consequências sociais dessa situação, associada às pressões de mecanismos internacionais, impulsionaram ações de atendimentos às crianças e adolescentes por parte do poder público. Dessa forma, as medidas de atendimento às crianças vão tornando-se emergenciais e passam a ser concretizadas no início do século XX. (BERNARTT, 2009, p.4232).

Com essa afirmação da criança como sujeito da sociedade, foi constituindo-se um sentimento de proteção, que nos possibilita perceber como as legislações que contemplam a proteção da infância evoluíram significativamente nos últimos anos (BERNARTT, 2009). Assim também como houve um desenvolvimento de escolas, creches, projetos de esporte, saúde, programas de atenção às famílias e diversos setores governamentais, que visam à qualidade de vida de crianças e futuros adultos da sociedade.

Lustig e colaboradores (2014, p.3) relatam que existem diferenças na ciência entre “as concepções de infância e criança, sendo a primeira compreendida, em síntese, como uma etapa da vida da pessoa e, a segunda, como sujeito histórico, social e cultural”. Para compreender a infância de determinada década, é necessário fazer uma análise crítica do ambiente histórico que ela está inserida, gerando assim, uma diferença na forma de perceber e no tratamento das crianças nos diversos cenários. Por exemplo, se na Idade Média não existia pudor como atualmente, para falar sobre sexualidade próximo a uma criança e/ou responder perguntas curiosas feitas por elas aos adultos, hoje é imprescindível que aja a discussão da mesma, de acordo com a idade da criança, possibilitando que essa se reconheça como sujeito de desejo e histórico.

A sexualidade surge a partir do nascimento, na infância, e se prolonga por toda a vida do sujeito, sendo assim uma disposição psíquica universal, inerente à própria condição humana, segundo a autora Guimarães (2012). As pulsões sexuais surgem através das necessidades sexuais, para Freud: “O fato da existência de necessidades sexuais no homem e no animal expressa-se na biologia pelo pressuposto de uma pulsão sexual” (FREUD, 1997, p.13).

A pulsão é o que move a vida desde a infância; é através da sexualidade do adulto que a pulsão recalçada retornará sendo sublimada ou perversiva. Guimarães (2012), afirma:

A sexualidade infantil, perversa - polimorfa, constitui-se a sexualidade por excelência, sendo considerada a sexualidade originária. A sexualidade por dita adulta e genital é resultado de uma transformação de sexualidade originária, e dela conserva seus traços, de forma a assimilar que o sujeito jamais se liberta completamente da influência das primeiras experiências sexuais, mesmo que essas vigorem de forma modificada, sob a determinação dos diversos deslocamentos e condensações característicos das representações recalçadas. (GUIMARÃES, 2012, p. 54).

Os estudos freudianos, assim como citado por Guimarães (2012), apontam três aspectos fundamentais para tratar de sexualidade: “que a vida sexual inicia-se logo após o nascimento, que há uma distinção clara entre os conceitos de sexual e genital e que, por fim, a vida sexual abrange a função de obter prazer das zonas do corpo” (GUIMARÃES 2002, p. 54). Assim, ao falarmos de sexualidade infantil, estamos referindo aos desejos pulsionais da infância até a fase adulta, fazendo essa distinção de diferença da sexualidade para reprodutividade.

Freud (1997) questiona a crença do senso comum que a sexualidade está ausente na infância e só desperta na puberdade, sendo assim essa um equívoco de grandes consequências, “é o grande culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual” (FREUD,1997. p. 51). Para ele, se houvesse um estudo detalhado sobre as pulsões sexuais seria possível perceber traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria a evolução, que permitiria ver como a sexualidade se constitui de diversas formas.

A curiosidade pela sexualidade tem início na infância, no período em que começam a fazer perguntas para os adultos, podendo ou não gerar certo receio ao serem questionados pelas crianças, além da insegurança de acelerar o processo da sexualidade ao respondê-las. No entanto, nesta fase a criança começa a desvendar a sexualidade através das investigações, assim como retratado por Freud (1997, p. 71): “ao mesmo tempo em que a vida da criança chega a sua florescência, entre os três e os cinco anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na pulsão de saber ou de investigação”.

É necessário que a criança tenha confiança nos adultos que estão ao seu redor para falar sobre sua sexualidade sem espanto, tirem suas dúvidas e corrijam caso necessário. Princi-

palmente, é preciso que a família entenda que a sexualidade infantil é muito importante para o desenvolvimento da criança. Segundo Freud (1997) não responder ou criar contos irreais como resposta, faz com que a criança desperte interesses autônomos no mundo, buscando informações em lugares ou com pessoas que sejam de sua confiança. É imprescindível que a família seja a base de confiança da sua criança, uma vez que as experiências vividas na infância são recalçadas e retomadas na fase adulta. Assim, cada criança vai criar sua personalidade em virtude do inconsciente de forma individual, pessoal e única. (ANDRADE, 1995).

É fundamental que todos os envolvidos na educação da criança, como pais ou familiares, conversem sobre sexualidade respeitando o limite e a faixa etária, porque é quando criança que a capacidade de recepção e reprodução de atitudes como dor, paixões, ciúmes, etc., são vividas na infância, no entanto são amnesiadas na fase adulta, mas a identidade do sujeito é determinada pelos traços marcantes no inconsciente, que foram experienciados no desenvolvimento. Segundo Freud (1997):

De fato, somos informados de que, durante esses anos, dos quais só preservamos na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas, reagíamos com vivacidade frente às impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúmes e outras paixões. [...] que as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior. Não há como falar, portanto, em nenhum declínio real de impressões infantis, mas sim uma amnésia, semelhante á que observamos nos neuróticos nas vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento). (FREUD, 1997, p.53).

A sexualidade faz parte do processo de desenvolvimento da criança e é experienciada através do contexto social que no qual ela está inserida, devendo ser retratada como “objeto do conhecimento”. Segundo Andrade “conhecê-la (a sexualidade) assume o sentido de organizar, estruturar e explicar num contexto de vida e também de ação sobre os objetos que estão imersos num sistema de relações sociais” (1995, p.15). Discutir a sexualidade como uma relação social é reconhecer que ela faz parte do processo cultural e da formação da identidade.

## **2.2 Violência Sexual na Infância**

Inicialmente fizemos uma reflexão da infância e de como a sexualidade é formada através das experiências vividas nessa fase. Discutir sexualidade com a criança possibilita o adulto intervir nesse processo e identificar possíveis violações caso esta esteja ocorrendo. A violência, o abuso sexual, explorações e outras violências, fazem parte da história da socieda-

de, sendo essas uma violação de direito, tanto do adulto quanto da criança, que afetam aspectos cognitivos, sociais, psicológicos, morais e emocionais.

O significado da palavra violência faz referência à retirada da liberdade como direito do ser humano, como construtor da própria história (ARAÚJO, 2002). Segundo Chauí citado por Araújo, a violência é uma relação de força determinante, que impede o sujeito a sua autonomia de ser, privado da liberdade:

A liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela. (CHAUÍ apud ARAÚJO, 2002, p. 4).

Podemos assim definir o abuso sexual como “o uso do poder”, onde um adulto manipula o ser mais frágil, no caso, a criança para satisfazer o seu desejo. De acordo com o Programa de Atenção à Mulher Vítima de Violência citado por Labronici, Fegadoli e Correa, a violência sexual é compreendida como:

Toda ação na qual uma pessoa, numa relação de poder, por meio de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica, obriga a outra pessoa a praticar ou submeter-se à relação sexual. (PROGRAMA DE ATENÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA apud LABRONICI; FEGADOLI; CORREA, 2010, p. 402).

O abuso sexual pode ser dividido em três tipos, assim como afirmado por Azevedo e Guerra citado por Costa (2002),

Os abusos podem ser de três tipos: o primeiro deles é aquele caracterizado pelo não contato físico (voyeurismo, exibicionismo, abuso verbal), o segundo envolve contato físico (carícias, coito ou tentativa de coito, manipulação de genitais, contato oral - genital, uso sexual do ânus e utilização para fins econômicos, tais como prostituição ou pornografia) e o terceiro tipo envolve o uso de forças físicas (atividades brutais, tais como, estupro ou mesmo assassinato). (AZEVEDO; GUERRA apud COSTA, 2002, p. 10).

O abuso sexual infantil é uma violência sofrida pela criança que ocorre, muitas vezes, no âmbito intrafamiliar, sendo assim cometido pelos familiares ou pessoas próximas da criança. Assim como citado por Costa (2002):

Normalmente faz parte da família ou é responsável pela criança e, com certeza, pessoa conhecida, que tem condições de estabelecer uma relação afetiva com a criança sem despertar a desconfiança dos demais membros da família. (COSTA, 2002, p. 9).

Há evidências de que o principal agressor seja a figura do gênero masculino, assim como relatado em um estudo sobre incesto feito em São Paulo em que Cohen citado por Amazarray e Koller (1998, [s, n]) revela que “o pai era o abusador em 41,6% dos casos seguidos pelo padrasto (20,6%), tio (13,8%) e irmão (3,7%)”. Essa questão de gênero que determina o homem como principal agressor, não deve ser considerada como algo natural, no sentido de que todo homem é agressor, mas sim como algo cultural que tem suas raízes no machismo, assim como afirma Costa (2002):

A agressão sexual pode ser encarada como uma questão de gênero? Há uma constatação de estatística de que, no abuso sexual, a grande maioria de agressores é formada por homens, ao mesmo tempo que as vítimas são também, em sua maior parte, mulheres e crianças do sexo feminino. Contudo, sabemos que a violência não é um atributo natural da masculinidade. Mas é uma exigência da cultura machista que o homem demonstre sua virilidade de forma violenta e ele é educado para isso desde a mais tenra infância, em um padrão que inclui a ocultação de seus sentimentos (afinal, “homem não chora”) e a percepção de que as mulheres são seres frágeis e, até certo ponto, inferiores. Em todas as culturas e em todas as épocas, existiram homens pacíficos e em todas as culturas também existiram mulheres violentíssimas. (COSTA, 2002, p. 15)

O abuso “não é um fenômeno que esteja restrito a uma determinada classe social, como já se quis acreditar, mas bem ao contrário, está presente em todas as esferas do social”. (COSTA, 2002, p. 8). Independente também de raça ou gênero, devendo ser um fator que deve ser discutido na sociedade e dentro da própria família, como forma de prevenção, assim como mencionado pela autora.

O abuso sexual traz consigo diversos distúrbios emocionais, somáticos e psicológicos, devendo a família estar sempre atenta às mudanças apresentadas pela criança como:

Distúrbio do sono, dor abdominal, enurese noturna, fraco desempenho escolar, depressão, comportamento sexualizado e inadequado para sua idade, choro fácil, medo de pessoas em geral, comportamento suicida ou falta de confiança no sexo oposto, no caso de meninas abusadas por homens. (COSTA, 2002, p.13).

Esses fatores são notados nas modificações de comportamentos, sendo às vezes percebido por um membro da família, professor, médico e etc., uma vez que o abuso é um ato “surpresa” tirando a família do seu conforto, segurança e confiança. O papel da família é proteger, cuidar, zelar pela vida e desenvolvimento íntegro da sua criança, assim como prescrito no

artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente (2012): “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”.

A família deve buscar apoio profissional para desvendar quais os motivos da criança demonstrar determinado sofrimento, uma vez que este, por vezes, é, no entanto, muitas vezes este sofrimento é ignorado, gerando assim um pacto de silêncio para preservar a família (COSTA, 2002). Como pontua a autora:

Esse “pacto de silêncio” (ou “muro de silêncio) se forma a partir do sentimento de vergonha e medo de desestruturar a família, apontando para a contradição existente entre o papel de proteção da família e a violência que se estabelece quando é violado mais sagrado dos tabus, que é a interdição do incesto. (COSTA, 2002, p.13).

Quando a criança relata aspectos de que o abuso está acontecendo é necessário escutar e compreender como isso está ocorrendo, buscando assim alternativas para a solução da questão. Segundo Costa (2002):

A violência sexual da criança é uma das situações em que precisamos dar mais crédito às histórias contadas por elas do que os exames físicos, que eventualmente, elas possam ser submetidas. A maior parte das crianças não abusadas não tem conhecimento dos detalhes dos encontros sexuais. Sendo assim, quando a criança declara que está sendo abusada, devemos acreditar nela. (COSTA, 2002, p.14)

A forma como a criança irá retratar o abuso sexual dependerá do quanto os seus aspectos cognitivos são desenvolvidos, da idade e do desenvolvimento de sua linguagem. O comportamento sexualizado também é uma forma de expressão de um possível abuso (Costa, 2002). A criança ao recriar aquilo que foi vivido, necessita de compreensão, de maneira que venha a ajudá-la na vivência e ressignificação desse ato de violação, impossibilitando consequência do abuso na sua identidade quando se torna adulta.

### **2.3 A atuação da Psicologia mediante o abuso sexual infantil**

O “silêncio” segundo Ferreira (2010, p.859) significa “estado de quem cala”. O pacto de silêncio é uma das possíveis atitudes tomadas por alguém quando algo incomoda. O psicólogo é um profissional que deve utilizar de conhecimento científico para compreender o comportamento humano, desenvolvendo e aplicando técnicas e instrumentos que ajudam o sujeito discutir e compreender suas angústias. Ouvir a família e oferecer um lugar seguro, uma escuta acolhedora que possibilite a quebra do pacto de silêncio desta família e a tomada de decisões mediante o abuso sexual.

Muitos profissionais têm dificuldade de discutir, diagnosticar e denunciar o abuso sexual. Assim, como citado por Junqueira citado por Costa (2002), é necessário contextualizar o abuso sexual, para entender que é algo que pode ser reparável, podendo estabelecer uma relação terapêutica com a família:

[...] torna-se fundamental aquele que vai atender uma criança sexualmente abusada poder olhar a gravidade sim, mas não como algo irreparável, da ordem de uma anulação irreversível. Perceber que ele se encontra imbricado numa trama maior, a da sexualidade, significa a possibilidade de estabelecer uma relação com a criança abusada e com sua família, em que haja maiores condições de intervenções objetivas e integradas à própria dinâmica familiar. (JUNQUEIRA apud COSTA, 2002. p.18).

Esta contextualização permite o não julgamento do abuso, preocupando-se em entender o fenômeno, criando-se métodos para um atendimento eficaz. No entanto, existem profissionais que assumem duas posições extremas ao abuso, segundo Costa (2002):

A primeira delas é compor com o “pacto de silêncio”, seja negando a situação, buscando explicações para o acontecido fora do âmbito do abuso sexual, por não suportar o peso da questão ou por pura aversão. Em segundo lugar, pode, de certa maneira, estigmatizar o sujeito, contribuindo para que ele se perceba somente como uma vítima de abuso sexual. (COSTA 2002, p.19).

Desenvolver a empatia é um dos quesitos no atendimento a família, segundo Benjamin (2004, p.77), “o entrevistador empático explora com o entrevistado o mundo interno de pensamento e sentimento deste, visando aproximá-lo mais do seu próprio mundo, de seu próprio eu”. Problematizar o abuso ao ser descoberto com a criança e sua família abrange vários os fatores, como mudança no comportamento, aceitação da família ao abuso, afastamento do agressor e outros; possibilitando a compreensão sem desprezar os relatos dados pela criança, criando-se saídas para a resolução da situação sem diminuir a criança (COSTA, 2002).

Segundo Furnis (1983), a partir do momento em que acontece a consulta terapêutica e o psicólogo intervêm em uma família em situação de abuso, a família deixa-se de ser autônoma e inicia-se um processo de atendimento com a (o) psicóloga (o) ou até mesmo com outros setores de atendimento.

A rede de atenção frente às situações de risco consiste em um trabalho multiprofissional podendo ser encontrado nas políticas públicas. “As políticas públicas de assistência social precisam do trabalho de profissionais de vários setores, tais como saúde, educação, assistência social e sistema de Justiça” (ALBERTO, 2008. p.563). A própria forma externa da intervenção da rede também influencia diretamente os relacionamentos familiares, situação social e psicológica de cada membro familiar, devendo ser um trabalho em conjunto, buscando a melhor estratégia de mediação para cada caso específico.

Quando o abuso é detectado, forma-se uma proteção por parte dos profissionais que se ligaram para constitui uma rede multidisciplinar, discutindo os aspectos criminais e processos terapêuticos que se fazem importantes para a criança e sua família (FURNIS, 1983). É imprescindível dialogar com a criança a importância de passar por todos os órgãos competentes, devido violação sexual, permitindo que ela participe do processo decidindo junto com os profissionais qual será o próximo passo a ser tomado, dependendo da idade da criança. Nessa relação família-profissional é necessário que a criança sinta-se protegida, para que a ligação com a rede seja eficaz.

Após a suspeita do abuso sexual pelos familiares e os profissionais envolvidos, qual seria o papel da (o) psicóloga (o) nessa rede de atendimento? Segundo o Conselho Federal de Psicologia citado por Alberto, o papel do psicólogo seria de garantir a proteção integral da criança, juntamente com a família:

Sob o paradigma da proteção integral, o juiz não atua mais com exclusividade. Há um reordenamento do atendimento à criança e ao adolescente, uma interdisciplinaridade de profissionais. E a família constitui o foco principal. O papel do psicólogo não é mais o de técnico que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, principalmente dos testes. O papel do psicólogo agora é a atenção na proteção integral, e ele deve considerar a criança e o adolescente sujeitos de sua história, sujeitos de direitos, protagonistas; tem que atuar em rede, interdisciplinarmente. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA apud ALBERTO, 2008, p. 564).

Segundo Costa (2002, p. 19), “a criança não precisa ser só uma vítima de abuso sexual, ela precisa de um apoio que a veja como um ser inteiro e não só como aquele que foi abusado.” Assim como abordado, a criança é um sujeito que precisar ser percebido e apoiado diante de uma situação de violência. Com o objetivo de garantir o direito de proteção e segurança estabelecido pelo ECA, a (o) psicóloga (o) terá as seguintes atribuições segundo a Maria de Fátima:

Na operacionalização do sistema de garantias, a atuação do psicólogo dar-se-á nos seguintes eixos: análise da situação, no sentido de diagnosticar a realidade através de pesquisas que possibilitem a análise e o planejamento de ações e recursos para o enfrentamento das situações de risco, mobilização e articulação dos vários segmentos (governamentais, não governamentais, sociedade civil nos níveis nacionais, regionais e locais), promoção, defesa e responsabilização através de mecanismos de exigibilidade dos direitos e humanização dos serviços, promoção, atendimento e prevenção através de ações especializadas de atendimento, com a inclusão social das crianças, adolescentes e suas famílias e promoção de ações que possibilitem aos jovens o empoderamento dos mesmos com vistas ao protagonismo social. (ALBERTO, 2008, p. 564).

A criança diante do abuso apresenta vários sentimentos de culpa, desespero, incapacidade, autoacusação e angústia e, com isso, a (o) psicóloga (o) será a (o) profissional responsável pela ressignificação, dando à criança a possibilidade de transformar o ocorrido, criando planos para o futuro e percebendo o abuso como um obstáculo a ser superado (MARQUES et al, 2014). É necessário garantir que a criança tenha esse espaço de escuta terapêutica, gerando a reflexão (COSTA, 2002).

É essencial contextualizar e perceber que a rede de atendimento e até mesmo a terapia só irão funcionar se a família e os profissionais envolvidos não reprimirem a criança e não tiverem pudor mediante a violência, quebrando o pacto de silêncio e unindo-se em busca de estratégias que possibilitem que a criança passe por essa violência sem trazer graves danos à sua vida psíquica. “Um ato só é abusivo e só traz prejuízos para a criança se a cultura específica lhe confere significação negativa” (COSTA, 2002, p.18).

### 3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa aponta para a necessidade de problematizar a temática da sexualidade infantil, uma vez que vivenciamos um crescente número de casos de abuso sexual, e tendo em vista que os mesmos fazem parte de diversos contextos sociais.

A sexualidade infantil fundamenta-se do processo de desenvolvimento do ser humano, formando a identidade da criança e futuro adulto. É fundamental que a família converse com a criança e procure ajuda quando não souber como proceder diante da sexualidade infantil. É imprescindível que não oculte informações da criança, mas sem deixar de respeitar o desenvolvimento cognitivo de entendimento e sua faixa etária.

A criança, ao ser violentada, desenvolve traumas psicológicos e patológicos, sendo necessário o apoio da família e de profissionais qualificados, para juntos desenvolverem estratégias e técnicas que possibilitem discussões sobre qual será a melhor intervenção para a ressignificação e proteção dessa criança.

Uma vez que familiares, profissionais e até mesmo a própria criança, muitas vezes compactuam com o silêncio, isso impede com que esse problema seja resolvido, podendo assim emergir no futuro desta criança inúmeras situações traumáticas. Com isso, percebe-se a necessidade de contextualizar, problematizar, discutir e arquitetar estratégias de incentivo a denúncias e desenvolvimento de informativos que ajudem tanto a família quanto a criança a entendermos os riscos e as consequências do abuso.

Diante do abuso sexual, profissionais dos setores da saúde, educação, assistência social e judiciário formam uma rede no combate à violência, bem como na prevenção e proteção da criança violentada. O psicólogo, em conjunto com essa rede, terá o papel fundamental de ouvir, intervir, denunciar e proteger essa criança, através da terapia, permitindo que a criança consiga ressignificar e perceber que o abuso é uma fase a ser superada em sua vida.

A discussão da temática é extensa, no entanto é imprescindível fortalecer Políticas Públicas de enfrentamento ao abuso sexual infantil, possibilitando que as denúncias recebidas não sejam engavetadas, mas que haja um trabalho no sentido de solucioná-las. Assim como citado por COSTA: “é de capital importância que estejamos atentos para a necessidade de leis que organizem o social e possibilitem a vivência do cultural” (2002, p. 146).

Dialogar e contextualizar a história em relação à sexualidade, o abuso sexual e atuação dos profissionais da psicologia, permitiu compreender qual o nosso papel social enquanto sujeito político mediante a uma violação de direito, denunciar, acolher e compreender, mas já mais permite que o silêncio seja a solução, é preciso proporcionar a resiliência dos que sofrem ao abuso.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. O Papel do Psicólogo e das entidades junto a Crianças e Adolescentes em situação de risco. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.28 n.3. p. 563-564, set, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n3/v28n3a10.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psico. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v.11 n.3. [s, n]., 1998. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94957/000124695.pdf?sequence=1>>. Acesso: 11 de abr, 2017.

ANDRADE, Claudia Maria Ribeiro. **A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto.** 1995. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. p.15. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000094017&fd=y>> Acesso em: 12 de mar, 2017.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. Estud.**, Marigá, vol.7, no. 2, p.4. Dez, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>> Acesso: 10 de abr, 2017.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Unicef, [2004?]. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_01.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf)>. Acesso em: 22 de may, 2017.

BAARS, Renata. **Levantamentos sobre crianças em situações de risco no Brasil**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília:2009. p.Jul, 2009.Disponívelem:<[file:///C:/Documents%20and%20Settings/dce542863/Meus%20documentos/Downloads/levantamento\\_crianças\\_baars.pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/dce542863/Meus%20documentos/Downloads/levantamento_crianças_baars.pdf)>. Acesso em: 15 de abril, 2017.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**.11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P.76.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio - histórico.In:IX Congresso Nacional de Educação .2009. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR. **A infância a partir de um olhar sócio - histórico**. Paraná: EDUCERE, 2009. p. 4227- 4232. Disponível: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601\\_1685.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf)> Acesso em: 15 de mar, 2017

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.2012. V. 9. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)> Acesso em: 15 de abri, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 07 de mai, 2017.

COSTA, Dirce de Sá Freire Alves Siveira. **Para além do silêncio: Um estudo sobre abuso sexual infantil e resiliência**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Teologia e de Ciências Humanas, PUC do Rio de Janeiro. p. 9 -19. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=3860@1](https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=3860@1)>. Acesso: 12 de mar, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Brasil: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2010. P. 859.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Multidisciplinar, Manejo, Terapia e Intervenção Integrados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 63.

GUIMARÃES, Veridiana Canezin. A concepção freudiana da sexualidade infantil e as implicações da cultura e educação. **Revista do Departamento de Educação**. Goiás: PUC, v. 15, n. 1, p. 53-66, 2012. Disponível: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/view/2441/1503>> Acesso: 18 de mar, 2017.

LABRONICI, Liliana Maria; FEGADOLI, Débora; CORREA, Maria Eduarda Cavadinha. Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade:um estudofenomenológico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.44 no. 2. p. 402. June, 2010. Dis-

ponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000200023>>. Acesso: 10 de abr, 2017.

LUSTIG, Andréia Lemes de et al. Criança e infância: contexto histórico social. In: IV Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças e infâncias: ética e diversidade na pesquisa. **Criança e infância: contexto histórico social**. Goiás: UFG, 2014.p. 3-7. Disponível em: <<http://www.grupeci.fe.ufg.br/p/7772-trabalhos-por-eixos-tematicos>> Acesso em: 10 de abr. 2017.

MARQUES, Gilsiane Maria Vasconcelos Marques et al. A percepção de profissionais de psicologia frente à situação do abuso sexual infantil. ANAIS do VII Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão, 2014. Faculdade Luciano Feijão. **A percepção de profissionais de psicologia frente à situação do abuso sexual infantil**. Sobral – CE: Faculdade Luciano Feijão, nov. de 2014. Disponível em <[http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site\\_novo/anais/servico/2014/Psicologia/A\\_PERCEPCAO\\_DE\\_PROFISSIONAI.pdf](http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/anais/servico/2014/Psicologia/A_PERCEPCAO_DE_PROFISSIONAI.pdf)>. Acesso em: 07 de mai, 2017.

SIGMUND, Freud. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p.13 - 55. v. 2.